

CFESS Manifesta

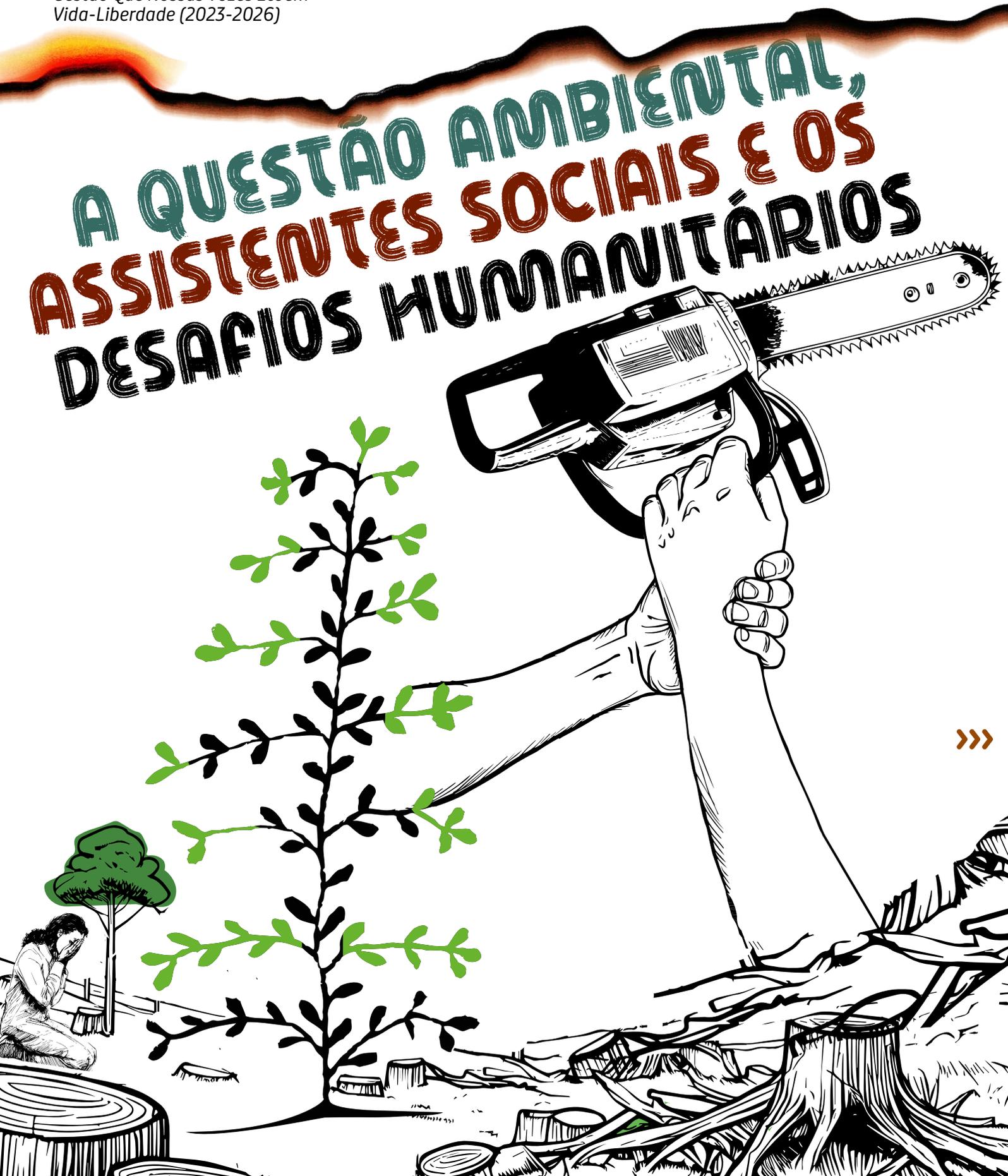
Dia Mundial do Meio Ambiente

Brasília (DF), 5 de junho de 2024
Gestão Que Nossas Vozes Ecoem
Vida-Liberdade (2023-2026)



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL
www.cfess.org.br

A QUESTÃO AMBIENTAL, ASSISTENTES SOCIAIS E OS DESAFIOS HUMANITÁRIOS





Não é recente o alerta que povos e comunidades tradicionais fazem sobre os limites da natureza impostos pela ganância do capital. Ainda em meados do século 19, um cacique indígena do povo Duwamish, nos Estados Unidos, denunciava a forma como o “homem branco” transformava a terra, as águas, o ar e os animais em objetos de compra. Indígenas dos povos Yanomami, Krenak, Tremembé e tantos outros também vêm aprendendo a registrar nas “peles de imagens dos brancos”, para comunicar sobre a necessidade de “adiar o fim do mundo” e segurar “a queda do céu”.

Sabemos que a nossa condição de existência sempre esteve vinculada às formas de conhecimento e transformação da natureza. O que foi nos diferenciando dos demais seres vivos foi essa possibilidade de, intencionalmente, conhecer para transformar e sobreviver. É esse movimento antigo que funda o ser social. Nós observamos o movimento feito pela natureza por longos tempos até perceber que, se colocássemos uma semente sob a terra, ela poderia enraizar e gerar frutos para alimentar todo um grupo – foi assim que surgiu a agricultura e dizem que foi realizada, nos primórdios, por mulheres.

E nesse cultivo, como nos lembra Zé Pinto na canção entoada pelo Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Rurais Sem Terra (MST), “a gente foi cultivando [a terra] e ela cultivando a gente”. A sociabilidade humana foi criando outras ferramentas de trabalho, construindo mobilidades territoriais e começando a produzir mais do que o necessário. As primeiras acumulações, resultantes de produções sobran-tes, eram trocadas, mas, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, essas passaram a ser apropriadas.

Assim, natureza e seres humanos foram sendo transformados em mercadoria.

Nesta era moderna, o ritmo de produção também ritmou a poluição do ar, das águas e da terra. As consequências deste processo também foram (e continuam sendo) anunciadas pela ciência desde o século passado. A Revolução Industrial impulsionou o principal processo de alteração da camada de ozônio na atmosfera terrestre, responsável pelo chamado efeito estufa. Desde então, a temperatura na Terra só aumenta, conforme os últimos relatórios do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change), gerando sérios danos às diferentes espécies de plantas, animais e ameaçando a vida humana no planeta.

No contexto de crise do capital na sua fase contemporânea, a superexploração dos bens comuns da natureza, vem sendo a principal estratégia para recomposição das taxas de lucro. De acordo com o 6º Relatório de Avaliação do IPCC (2023), além do aumento do nível do mar e do aquecimento oceânico, a última década foi considerada a mais quente dos últimos 125 mil anos. O calor extremo, as tempestades e as secas deverão ser vividas com mais frequência nos próximos anos. Ainda em consonância com o mesmo relatório, as mudanças climáticas já alteram as condições de realização da agricultura e da pesca, o que tem colocado alguns grupos populacionais em situação de insegurança alimentar. Metade da população global vive “atualmente em situação de escassez severa de água durante pelo menos um mês por ano” e “20 milhões de pessoas têm deixado suas casas todos os anos, em razão de inundações e ondas de calor”, conforme dados de 2023 do IPCC.

Essas e diversas outras alterações percebidas em todo o mundo devem nos levar a refletir com profundidade sobre a contradição entre capital, natureza e trabalho, que é onde localizamos a questão ambiental. Portanto as mudanças climáticas e suas consequências, elementos frequentes do negacionismo, são uma realidade. Não se referem mais a um risco localizado

Todas essas investidas do capital com o amparo do Estado estão acompanhadas do falso discurso de desenvolvimento sustentável e/ou da sustentabilidade. Mas cabe refletirmos: é possível equilíbrio no usufruto, reutilização e renovação dos bens comuns da natureza nos marcos do capital? Se há a defesa de fato da sustentabilidade, por que as terras indígenas e os territórios quilombolas permanecem sem ser demarcados e regularizados respectivamente? E suas lideranças seguem sendo perseguidas e assassinadas? Considerando que esses grupos já estabelecem milenarmente práticas de continuidade e renovação da natureza.

Nesse Dia Mundial do Meio Ambiente (5/6), também trazemos à memória os assassinatos do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. Há exatamente dois anos, esses lutadores tiveram suas vidas ceifadas. Como tantos outros(as) ambientalistas, foram defensores dos direitos humanos e do direito à terra.



em um futuro possível, mais distante. Elas fazem parte do nosso presente. Contudo, precisamos desmistificar que são responsabilidade de “todos(as) nós” e não são vivenciadas igualmente por todas as classes sociais, argumento comum nos casos em que a realidade não pode mais ser negada, como ocorre quando os impactos de desastres emergem.

As formas de relação com a natureza estabelecidas por povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras e tantas outras são radicalmente diferentes de como o capital o faz. Não por acaso, é nos seus territórios onde ainda é possível encontrar ar puro, fontes de água e uma imensa biodiversidade. É por isso que também se tornaram os principais alvos dos processos de expropriação contemporânea do capital.

Particularmente nas duas primeiras décadas deste século, vivemos o “boom da mineração” (entre 2001 e 2013) e da produção de outras commodities (soja, milho advindo do agronegócio) como principal estratégia de saída de mais uma crise desta máquina produtora de lucros e moedora da natureza e de gente. Para amparar essa necessidade das corporações transnacionais, o Estado brasileiro flexibilizou diversas legislações, inclusive nos governos que se autodeclararam progressistas, a exemplo do Código Florestal (em 2011), da legislação mineral e do Plano Energético Nacional 2030 (em 2007). Este justifica todos os megaprojetos energéticos, a exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, cujas obras também foram incentivadas e iniciadas no governo de “esquerda” e que foi responsável pela desterritorialização de centenas de indígenas e população ribeirinha do Xingu.

Todas essas investidas do capital com o amparo do Estado estão acompanhadas do falso discurso de desenvolvimento sustentável e/ou da sustentabilidade. Mas cabe refletirmos: é possível equilíbrio no usufruto, reutilização e renovação dos bens comuns da natureza nos marcos do capital? Se há a defesa de fato da sustentabilidade, por que as terras indígenas e os territórios quilombolas permanecem sem ser demarcados e regularizados respectivamente? E suas lideranças seguem sendo perseguidas e assassinadas? Considerando que esses grupos já estabelecem milenarmente práticas de continuidade e renovação da natureza.

O discurso da sustentabilidade também tem mobilizado as investidas na tão falada “transição energética”, mas os movimentos de pescadores(as), marisqueiras, quilombolas e indígenas estão chamando de

“transação energética”. Os aerogeradores e as placas fotovoltaicas têm sido implantados a toque de caixa com severas consequências para os territórios. Pesquisadores(as) ambientalistas já evidenciam o aumento de pessoas com sofrimento mental, em razão dos ruídos dos cataventos, assim como a alteração no ciclo reprodutivo de algumas aves. Áreas agricultáveis estão sendo arrendadas para a implantação de hectares de placas fotovoltaicas. Essa realidade transita do mar ao sertão do Nordeste brasileiro. Vale destacar também a “energia limpa” advinda do hidrogênio verde e da energia nuclear, ambos carros-chefe dos atuais governos progressistas, tanto em âmbito nacional, como estadual. Isso tem se somado aos créditos de carbono como propostas inovadoras e com o discurso de que irão salvar o planeta.

Os diversos povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais, que também reivindicam a produção de energia com redução de impactos e respeito à biodiversidade humana, de flora e fauna, vêm exigindo do Estado o cumprimento das legislações já existentes do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). E alertam: se a lógica da produção permanecer almejando lucratividade em detrimento da real necessidade humana e da disponibilidade dos bens comuns da natureza, não será mais possível “adiar o fim do mundo”.

E qual a relação de tudo isso com o Serviço Social? A começar pelo princípio da emancipação humana e pelo comprometimento com a construção de outra ordem societária, previstos no nosso Código de Ética, estes não serão possíveis sem a existência da natureza e, portanto, assumir sua defesa como uma bandeira de luta é um “desafio ético para o Serviço Social”. As expressões da questão ambiental chegam ao nosso cotidia-



Os diversos povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais, que também reivindicam a produção de energia com redução de impactos e respeito à biodiversidade humana, de flora e fauna, vêm exigindo do Estado o cumprimento das legislações já existentes do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). E alertam: se a lógica da produção permanecer almejando lucratividade em detrimento da real necessidade humana e da disponibilidade dos bens comuns da natureza, não será mais possível “adiar o fim do mundo”.



Compreender o mês de junho como um mês de memória e reforço das lutas ambientais realizadas pela classe trabalhadora, por ambientalistas, por movimentos sociais, pelos povos originários e comunidades tradicionais é reconhecer que a questão ambiental é uma questão humanitária e, portanto, não se restringe nem se resolve com a adesão a práticas individuais, mas requer a mobilização coletiva de toda a classe, incluindo o Serviço Social.

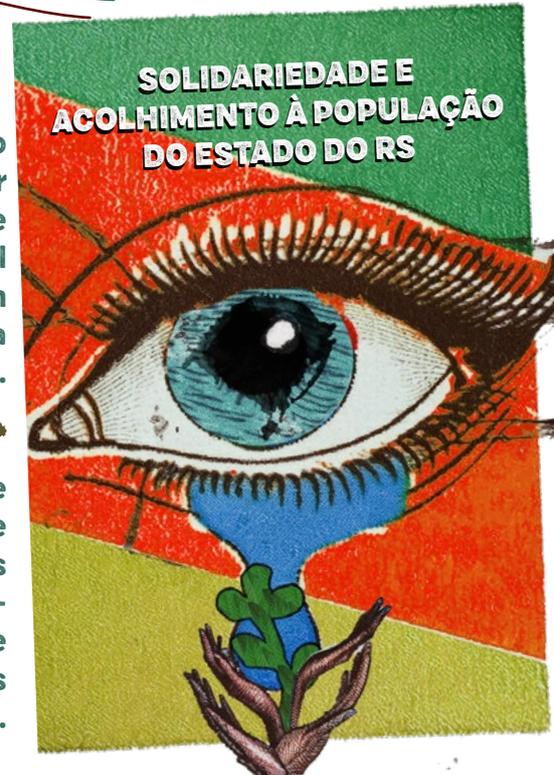
Reconhecer o racismo ambiental é também uma necessidade para o enfrentamento das expressões da questão ambiental, que é também social. Nem a produção nem as consequências das mudanças climáticas são iguais para todas as pessoas. A classe-que-vive-do-trabalho, cujas dimensões constitutivas são de raça, etnia e gênero/sexualidade, sofre de forma diferenciada os rebatimentos da questão ambiental.

no de trabalho, não somente nas situações de desastres – diga-se de passagem, não são naturais, e sim decorrentes desse modo de produção. Chegam também nos serviços de saúde mental e na assistência social, por meio de marisqueiras que não estão mais conseguindo “tirar o seu sustento do rio” cujo nível aumentou e alterou a biodiversidade dos mangues. Essas trabalhadoras da pesca, por vezes, desenvolvem um quadro de depressão e ficam em situação de insegurança alimentar com sua família demandando também benefícios eventuais. Ou na previdência social, quando um(a) agricultor(a) adocece em razão da exposição aos agrotóxicos e necessita do auxílio-doença. Ou ainda na falta de acesso das populações mais empobrecidas aos direitos previstos nas políticas urbanas, incluindo aí a gestão do saneamento básico e dos resíduos sólidos, a mobilidade e o direito à moradia.

Reconhecer o racismo ambiental é também uma necessidade para o enfrentamento das expressões da questão ambiental, que é também social. Nem a produção nem as consequências das mudanças cli-

máticas são iguais para todas as pessoas. A classe-que-vive-do-trabalho, cujas dimensões constitutivas são de raça, etnia e gênero/sexualidade, sofre de forma diferenciada os rebatimentos da questão ambiental. Quem são as populações que sobrevivem em torno dos lixões, das empresas poluidoras, daquelas que oferecem alto risco à vida e à segurança das pessoas? Para que, ao responder a esta pergunta, não caiamos na armadilha de culpabilizar, mais uma vez, as pessoas pobres pelas suas condições de vida, ela deve vir acompanhada de uma outra: quais lugares foram escolhidos para instalação dos lixões e desse tipo de empresa e por quê?

Portanto, já passou do tempo de “socializarmos as riquezas produzidas”. Mais que isso, é necessário enfrentar a forma como ela é produzida e para qual finalidade. Em “tempos de capital fetiche”, é fundamental dialogar sobre as necessidades que são criadas e o consumismo. O exercício ininterrupto da dialética entre singularidade, particularidade e universalidade se faz mais necessário, pois nós não temos outro planeta Terra. Não é possível “comprar o



vento, nem o sol, nem a chuva, nem o calor” (referência à música Latinoamérica - Calle 13). E imaginem, “se não existisse o sol, como seria pra terra se aquecer/e se não existisse o mar, como seria pra natureza sobreviver/ se não existisse o luar [nós viveríamos] na escuridão/ mas como existe [ainda] tudo isso meu povo[...].” (referência ao Boi da Maioba - Maranhão).

Compreender o mês de junho como um mês de memória e reforço das lutas ambientais realizadas pela classe trabalhadora, por ambientalistas, por movimentos sociais, pelos povos originários e comunidades tradicionais é reconhecer que a questão ambiental é uma questão humanitária e, portanto, não se restringe nem se resolve com a adesão a práticas individuais, mas requer a mobilização coletiva de toda a classe, incluindo o Serviço Social.

*** A gestão do CFESS deliberou por esse CFESS Manifesta ainda no ano de 2023 e as autoras o redigiram sob o impacto de um desastre sem precedentes que assola o Rio Grande do Sul desde o final de abril de 2024, atingindo mais de 2 milhões de pessoas.**



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

Gestão 2023-2026
Que nossas vozes ecoem
vida-liberdade

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emily Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Aginaldo Engel Knevez (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL
Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

SUPLENTEs
Rafaella da Câmara Lobão Barroso (DF)
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albin (PR)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

CFESS MANIFESTA
Dia Mundial do Meio Ambiente
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Iara Fraga e Adriana Dutra
Organização: Comunicação CFESS
Arte e diagramação:
Karlla Braga (estagiária sob supervisão) e
Rafael Werkema (assessor de comunicação)
Revisão:
Diogo Adjuto (colaborou Larissa Dias -
estagiária)